



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
09 DE JANEIRO DE 2015

N.º 01/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva Guedes, José Manuel Moreira Lopes,
Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO	Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2014...	3
2 – Difamação ao Executivo Municipal.....	5
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
3 – Celebração de Contratos de Prestação de Serviços – Autorização genérica para dispensa de parecer prévio da Câmara Municipal - Artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.....	5
4 – Constituição de Fundo de Maneio – 2015 – Responsável – Inocência Maria Monteiro Teixeira Guedes.....	8
5 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência.....	10
6 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal.....	10
Tesouraria	
7 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 31 de dezembro de 2014	11
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
8 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal.....	11
9 - Pedido de Parecer Prévio para a Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Urbanos do Concelho de Santa Marta de Penaguião.- Artigo 75.º da lei n.º82-b/2014, de 31 de dezembro.....	12
DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
10 – Planos de Atividades Época Desportiva 2015 – Clube de BTT Trilhos de Penaguião...	16
11 – Fábrica da Igreja de São João de Lobrigos – Pedido de Comparticipação Financeira...	16
12 – Fundação Dr. Carneiro Mesquita – 50 Anos – Atribuição de um Subsidio.....	17



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2014

- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 28 de novembro de 2014: -----
- “ORDEM DE TRABALHOS. -----
- **Ponto 1.1** – Ata da sessão ordinária realizada no dia 26 de setembro de 2014. -----
- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----
- **Ponto 2.1** – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----
- **Deliberação:** Tomado Conhecimento. -----
- **Ponto 2.2** – Deliberar sobre a aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão e Baixa Tensão Especial, por lotes, para as instalações do Municípios da CIMDOURO - autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Deliberação da Câmara Municipal de 7 de outubro de 2014). -----
- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----
- **Ponto 2.3** – Deliberar sobre a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2014 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2014). -----
- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----
- **Ponto 2.4** – Deliberar sobre a alteração ao Mapa de Pessoal 2014 (alínea o), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2014). -----
- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----
- **Ponto 2.5** – Deliberar sobre a autorização para abertura de procedimento concursal de recrutamento excecional na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado na Carreira/Categoria de Técnico Superior (Licenciatura Desporto/Educação Física), (n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, com

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 1 de 09 de janeiro de 2015



as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 13/2014, de 14 de março e 75-A/2014, de 30 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de novembro de 2014). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.6** - Deliberar sobre a autorização de Recurso à Lista de Reserva de Recrutamento do procedimento concursal, para recrutamento excecional, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado (termo resolutivo certo) de dois trabalhadores na Carreira/Categoria de Assistente Operacional, (n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 13/2014, de 14 de março e 75-A/2014, de 30 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de novembro de 2014). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.7** – Deliberar sobre a Fixação da Participação Variável no IRS (alínea c), do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2014). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.8** – Deliberar sobre a aprovação do Mapa de Pessoal para 2015 (alínea o), n.º 1, artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2014). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por maioria, com a abstenção do grupo municipal do PPD/PSD. -----

----- **Ponto 2.9** – Deliberar emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 21 de junho - Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2014). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por maioria, com a abstenção do grupo municipal do PPD/PSD. -----

----- **Ponto 2.10** – Deliberar sobre a aprovação dos documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2015 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2013). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por maioria, com 6 abstenções do grupo municipal do PPD/PSD. ---

----- **Ponto 2.11** – Deliberar sobre a alteração dos montantes a transferir para as Freguesias no âmbito da Delegação Legal de Competências (alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2014). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----



----- **Ponto 2.12** – Deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias – Participação Financeira em Investimentos e no Programa Ocupacional e Aprovação das Minutas dos Contratos Interadministrativos, (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2014). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade.” -----

----- **Deliberação:** Tomar conhecimento. -----

Difamação ao Executivo Municipal

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O órgão autárquico Câmara Municipal, vulgarmente designado por Executivo Municipal ou simplesmente Executivo, é composto pelos vereadores eleitos em função dos resultados eleitorais alcançados pelas forças partidárias ou por grupos de cidadãos a ele concorrentes. Resultou do último ato eleitoral autárquico realizado no Município de Santa Marta de Penaguião para o órgão – Câmara Municipal – a seguinte constituição: Presidente da Câmara: Luís Reguengo Machado; Vereadores: Sílvia Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

----- Os eleitos para a Câmara Municipal independentemente de desempenharem funções a tempo inteiro, a meio tempo, a terem ou não pelouros atribuídos, têm naturalmente os mesmos direitos, os mesmos deveres, e são solidariamente responsáveis por todas as decisões deste órgão municipal. Direitos e deveres naturalmente extensivos a todos os autarcas em exercício de funções, independentemente dos órgãos a que pertençam. -----

----- Sem prejuízo da generalidade dos deveres, há um que é inalienável, intransmissível e irrecusável, que é: a defesa da honra e dignidade do órgão municipal a que pertencem. Ninguém se pode negar a exercê-lo, pois se o ousar fazer, renega a sua condição de Presidente ou Vereador e não é digno de a exercer, restando-lhe por isso um honroso pedido de renúncia. -----

----- Exmos: -----



----- É com enorme estupefação que temos vindo a assistir e a verificar que o membro da Assembleia Municipal, o Senhor Adérito Ribeiro Silvério, eleito no último e já referido ato eleitoral autárquico, tem recorrentemente, na sua página do Facebook (registre-se aberta), difamado, denegrido e insultado o Executivo, tal com se pode facilmente constatar na transcrição que se segue: *"Boa noite Penaguienses. Venho por este meio informar que o executivo da vergonha não fez o pagamento da energia eléctrica. E por esse motivo o executivo fui Obrigado a fazer o corte de energia numa parte da iluminação do presépio que se encontra em frente da Autarquia. Nem os milhões que receberam à custa do outro executivo (Francisco Ribeiro) chegou para pagar a iluminação das pipas e do presépio. Aqui vos deixo fotografias tiradas a 02-01-2015, que provam a vergonha deste executivo"* -----

----- Para além da gravíssima difamação ao Executivo, esta publicação prima por duas mentiras maldosas, imbuídas de evidente intenção de maltratar e denegrir a imagem de quem tem exemplarmente gerido o município. Para que não persistam dúvidas juntamos em anexo as informações dos Serviços Municipais sobre as duas situações: conta-corrente com a EDP e candidaturas ao ON2, que provam inequivocamente que estamos em dia com o fornecedor EDP e que até à presente data, a Câmara Municipal ainda não recebeu qualquer montante referente às candidaturas em regime de Overbooking no âmbito do ON2. -----

----- Assim: -----

----- Considerando a gravidade do caso e os nefastos e incalculáveis prejuízos que se criam à imagem, à honra e dignidade do órgão municipal – Câmara Municipal -; -----

----- Considerando que agride e atenta contra a honra e dignidade do Presidente da Câmara: Luís Reguengo Machado e dos Vereadores: Sílvia Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Luís Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior; -----

----- Considerando as evidentes dificuldades e prejuízos que cria na afirmação de Santa Marta como um concelho de referência na região do Douro; -----

----- Considerando os obstáculos que pode criar na confiança dos parceiros do Município; -----

----- Considerando, que o autor das infâmias em causa é autarca, membro da Assembleia Municipal Santa Marta de Penaguião, em pleno exercício; -----

----- Considerando ainda, que na qualidade de eleitos e detentores de um mandato confiado pelos penaguienses, não podemos permitir atitudes irresponsáveis e atentatórias da honra e



dignidade dos eleitos, sob pena, caso não o façamos, de sermos exatamente iguais a quem se permite atentar contra a honra dos penaguienses; -----

----- E presumindo que os membros deste Executivo são pessoas de bem e se sentem ofendidos, e tal como diz o ditado “*quem não se sente não é filho de boa gente*”, proponho ao Executivo Municipal que mandate o Presidente da Câmara para junto das instâncias judiciais repor a honra e dignidade deste órgão municipal e dos eleitos em causa, bem como a honra e dignidade de todos os penaguienses que orgulhosamente representamos e servimos.” -----

----- **Deliberação:** Os Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, fizeram a seguinte declaração: “*Em função de não ter sido distribuído atempadamente o conteúdo deste assunto aos Senhores Vereadores, ausentamo-nos da reunião para a votação deste ponto*”. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado e os Senhores Vereadores do PS, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva e José Manuel Moreira Lopes, tendo em conta a ausência, dos Senhores do PPD/PSD, deliberaram deixar o assunto pendente para a próxima reunião. -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

Celebração de contratos de Prestação de Serviços – Autorização genérica para dispensa de parecer prévio da Câmara Municipal - Artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015), determina no seu artigo 75.º que para o ano de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito da



aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de Abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, ficando sujeita à aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º, e no artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, já referida, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b) do mesmo número do artigo 75.º da referida LOE2015, com as devidas adaptações, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, tendo em consideração o disposto no n.º 7 do mesmo artigo; -----
- b) Declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 75.º da LOE2015, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte. -----

----- Os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo na Administração Local são os regulados pela Portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de Dezembro e 80/2013, de 28 de Novembro, a qual continua a não estar publicada, o que faz com que para as Autarquias não exista regulamentação quanto a esses termos e tramitação do parecer

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 1 de 09 de janeiro de 2015



vinculativo. -----

----- Apesar de tal ausência de regulamentação poder conduzir à inexigibilidade de adotar o regime ali previsto, tem sido entendimento que a contratação abrangida por aquele diploma está sujeito a parecer prévio da Câmara Municipal, de carácter concreto ou genérico. -----

----- No âmbito deste Município, deve garantir-se que são criados instrumentos destinados a assegurar a eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, o que se não conseguirá sem que, entre outras medidas, à semelhança do que vem sucedendo para a Administração Central, se estabeleça uma autorização genérica para efeitos de parecer prévio vinculativo. -----

----- Tal autorização genérica, não deixando de ter tratamento uniforme com o que tem sido definido para a Administração Central, deverá refletir a realidade municipal, desde logo no que concerne ao universo de contratação necessária para o assegurar o normal funcionamento dos serviços, bem como ao cumprimento dos projetos/ações constantes do plano de atividades e orçamento para 2015. -----

----- Por outro lado, considerando a solução interpretativa uniforme da Direcção-Geral das Autarquias Locais, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de Julho de 2014, em que as autarquias locais não têm que consultar a Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação. Proponho que, em face do exposto, e ao abrigo das disposições legais supra citadas, o Executivo Municipal delibere: -----

----- 1. - Para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e no artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, sempre que a adjudicação ocorra nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 ou no n.º 4 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, ou ainda nos termos do previsto nos artigos 112.º a 128.º do mesmo diploma legal, desde que o valor do contrato seja igual ou inferior a 5.000,00€, sem IVA; -----

----- 2. – Que os serviços que contratem ao abrigo da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, deverão elaborar informação, da qual constem os seguintes elementos: -----

a) Descrição do contrato e seu objecto, demonstrando não se tratar de trabalho



- subordinado, bem como a inconveniência do recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público e a inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Lei n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de Dezembro e 80/2013, de 28 de Novembro; -----
- b) Declaração de cabimento, depois de verificado, quando aplicável, o cumprimento da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, aplicável por força do plasmado no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, juntando para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte. -----
- 3. – Que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de requalificação prevista na parte final da alínea a) do número anterior pode ser oficiosamente apreciada em qualquer fase do procedimento e determina a convalidação do pedido no procedimento de mobilidade aplicável. -----
- 4. – Que o regime previsto na presente deliberação se aplique a todos os contratos de prestação de serviços que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015.” -----
- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, nos termos da proposta.** -----

Constituição de Fundo de Maneio – 2015 – Responsável

– Inocência Maria Monteiro Teixeira Guedes

- 4 – Presente à reunião proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----
- “Nos termos do disposto no ponto 2.3.3.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 1 de 09 de janeiro de 2015



de Dezembro e 84-A/2002, de 5 de Abril, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada a constituição de fundos de maneiio, tendo em vista o pagamento de despesas urgentes e inadiáveis. -----

----- Por forma a conferir segurança, certeza e transparência nessa matéria, foi aprovado pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária do dia 2 de Janeiro de 2013, normas relativas aos procedimentos e medidas de controlo interno para a constituição, reconstituição, reposição e análise dos fundos de maneiio. -----

----- Assim, nos termos do referido diploma e em cumprimento da disciplina constante das mencionadas normas internas, torna-se necessário, por forma a fazer face a despesas urgentes e inadiáveis de escassa relevância financeira, constituir, para o ano económico em curso – 2015, o seguinte Fundo de Maneio: -----

Responsável	Natureza das despesas/Classificação económica (*)	Montante
Inocência Maria Monteiro Teixeira Guedes, Assistente Técnica, Gabinete de Apoio à Presidência (GAP)	02.02.11 – Representação dos serviços	150,00€
	02.02.13 – Deslocações e estadas	250,00€
	02.02.25 – Outros serviços	600,00€
Total do Fundo:		1.000,00€

(*) 02.02.11 – Representação dos serviços – Incluem-se as despesas por necessidades acidentais de representação do Município;

02.02.13 – Deslocações e estadas – Incluem-se as despesas com alojamento e alimentação e de transporte relativo a viagens;

02.02.25 – Outros serviços – Incluem-se as despesas de prestação de serviços, designadamente despesas com refeições.

----- A reconstituição dos fundos de maneiio e a sua reposição deverá ser feita nos termos, respectivamente, dos artigos 23.º e 24.º do Regulamento do Controlo Interno. Quaisquer dúvidas aos procedimentos e tempos de concretização deverão ser dirimidas por recurso ao referido regulamento interno.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a constituição do fundo maneiio, nos termos da proposta.** -----



**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de
Imóveis – Exercício do Direito de Preferência**

----- 5 – Presente à reunião informação dos Serviços com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.^a os atos celebrados nos meses de **Novembro de 2014**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

**Delegação de Competências - Informação do Presidente
da Câmara Municipal**

----- 6 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais: -----

----- 1 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 09 de dezembro de 2014. -----

----- 2 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 15 de dezembro de 2014. -----

----- 3 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 29 de dezembro de 2014. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 1 de 09 de janeiro de 2015



Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até 31 de dezembro de 2014

----- 7 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 31 de dezembro de 2014, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	31/12/2014
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		106 689,05	Despesas Orçamentais (*)	6 403 141,90
Execução orçamental	106 689,05		Correntes	4 837 173,32
Operações de tesouraria			Capital	1 565 968,58
			(*) Compromissos	8 701 478,95
Receitas Orçamentais		6 901 410,39	Operações de tesouraria	386 494,12
Correntes	5 932 413,57		Saldo para o dia seguinte:	631 023,00
Capital	968 996,82		Execução orçamental	604 957,54
Operações de tesouraria		412 559,58	Operações de tesouraria	26 065,46
Total		7 420 659,02	Total	7 420 659,02

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências - Informação do
Presidente da Câmara Municipal

----- 8 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34. do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma,



referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de dezembro que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante." -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Pedido de Parecer Prévio para a Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Urbanos do Concelho de Santa Marta de Penaguião.- Artigo 75.º da lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro

----- 9 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- I – Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio. -----

----- 1. Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- 2. Por sua vez, o n.º 12, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 2, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

----- 3. De acordo com o disposto no n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

----- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, bem como da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para desempenhar as funções subjacentes à contratação em causa: -----

----- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----



----- 4. Será tido em consideração o conteúdo da alínea a) do número 8º do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, não estando sujeito ao disposto nos números 1 e 5 a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais previstos no n.º 2 do artigo 1º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008, de 26 de fevereiro, 24/2008, de 02 de junho, 6/2011, de 10 de março, 44/2011, de 22 de junho e 10/2013, de 28 de janeiro. -----

----- II- Do contrato de prestação de serviços a celebrar. -----

1. A Associação de Municípios do Vale do Douro-Norte procedeu à abertura de um novo procedimento de Concurso Público Internacional para a Gestão de RSU e Higiene Urbana do Vale do Douro-Norte, em 2013. -----
2. O contrato para a recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana celebrado ao nível da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte ainda não se encontra concluído, não havendo, para isso adjudicação, tal como foi prestada informação pela referida Associação. --
3. O referido contrato assegura a recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Santa Marta de Penaguião e nos restantes municípios do Vale do Douro Norte. -----
4. O município irá confrontar-se com uma situação factual que ameaça a satisfação do interesse público, uma vez que se trata de uma urgência surgida por motivos imprevisíveis, motivada por acontecimentos não esperados, que poderá colocar em causa a higiene e saúde públicas.
5. É intenção do Município de Santa Marta de Penaguião celebrar um contrato de prestação de serviços para a "Recolha de Resíduos Urbanos do Concelho de Santa Marta de Penaguião", até à data de conclusão do concurso público internacional, levado a efeito pela Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e ao início da prestação dos serviços pela nova entidade adjudicatária, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo. -----
6. Considerando que o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, estabelece no seu artigo 24.º, n.º 1 que *"nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviços ou recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa"* cujos termos e



- tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----
7. Considerando, no entanto, que nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da requalificação nas Autarquias). -----
8. Considerando que de acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGRA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua atual redação. -----
9. Considerando que esta matéria foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 17 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que consultar Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. ----
10. Considerando que no mesmo sentido se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho de 2014. -----
11. Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----
12. Para o contrato em causa estima-se um valor de 74 000,00 € (Setenta e quatro mil euros), acrescido de taxa de IVA legal em vigor, para um período aproximado de seis meses. -----



- 13.Com vista à adjudicação do contrato de prestação de serviços em causa é intenção adotar o procedimento de ajuste direto, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria. -----
- 14.Considerando que neste Município não existem trabalhadores em situação de requalificação nem equipamento para o serviço a desempenhar. -----
- 15.Atendendo à natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----
- 16.Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego pública para a execução dos serviços objeto do contrato. -----
- 17.De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor se dá por integralmente reproduzido na emissão do parecer prévio, o contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental sob o código 2.4.5_02/02.02.25_01 Projeto / Ação N.º 70/14, do Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014 "Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos indiferenciados".-----
- III – Da proposta em sentido estrito. -----
- Considerando que: -----
- O serviço de gestão de resíduos urbanos é considerado um serviço essencial, tal como preconizado no n.º 2 do artigo 1º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008, de 26 de fevereiro, 24/2008, de 02 de junho, 6/2011, de 10 de março, 44/2011, de 22 de junho e 10/2013, de 28 de janeiro. -----
- A não recolha dos resíduos urbanos, põe em causa a higiene e saúde pública dos utentes, o que torna urgente e fundamental o serviço. -----
- Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 5 e no n.º 12, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015) conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços referente à "Recolha de Resíduos Urbanos do Concelho de Santa Marta de Penaguião", encontrando-se, no caso individual e concreto,



reunidos todos os requisitos previstos no n.º 12, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços para a “Recolha de Resíduos Urbanos do Concelho de Santa Marta de Penaguião”, nos termos da informação dos Serviços. -----

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Planos de Atividades Época Desportiva 2015 – Clube de BTT Trilhos de Penaguião

----- 10 – Presente à reunião ofício do Clube de BTT dos Trilhos de Penaguião, registado sob o n.º 26 de 06 de janeiro, do corrente ano, dando conhecimento do Plano de Atividades para 2015 do Clube, das quais destacam a participação nas Provas da Taça Regional de XCM organizada pela Associação Regional de Ciclismo de Vila Real, cujas despesas estima em cerca de 1.400,00€, no 1.º BTT nos Trilhos de Santa Marta e no 2.º Passeio de Natal Clube de BTT Trilhos de Penaguião. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro ao Clube de BTT Trilho de Penaguião no valor de 700,00€ (setecentos euros), bem como, a minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Santa Marta e o Clube de BTT Trilhos de Penaguião. -----

Fábrica da Igreja de São João de Lobrigos – Pedido de Participação Financeira

----- 11 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de São João de Lobrigos, registado sob o n.º 29 de 07 de janeiro do corrente ano, a solicitar apoio financeiro para a realização das



festividades em honra de Nossa Senhora da Graça que irão decorrer no próximo dia 02 de fevereiro. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 200,00€ (duzentos euros), para apoio nas despesas com a realização das festividades.** -----

Fundação Dr. Carneiro Mesquita – 50 Anos

– Atribuição de um Subsídio

----- 12 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “É urgente garantir a igualdade de tratamento a todos os idosos do concelho, chegando a todos a mesma ajuda e o mesmo apoio, não obstante a distância geográfica. -----

----- Honrar o passado e a experiência dos mais antigos, reconhecer o seu valor, é dar-lhes a reconhecida dignidade quando mais precisam dela.” -----

----- Este foi e continua a ser o lema de quem acreditou. -----

----- Uma casa com 50 anos de existência, que fornece os seus serviços a quem mais precisa. ---

----- Que labuta diariamente para que todos tenham qualidade e dignidade na sua passagem por este mundo. Uma casa que tem as portas abertas para fazer o bem, é mais do que um edifício, é um Lar. -----

----- E este lar, bem como toda a sua estrutura, merece o apoio de todos, em particular do executivo municipal, que foi eleito para zelar pela grande família Penaguiense. -----

----- Considerando a fase difícil que a Fundação Carneiro Mesquita está a passar; -----

----- Considerando que a ajuda deve chegar nos momentos certos em que se precisa dela; -----

----- Considerando que todos quantos trabalharam, ao longo destes 50 anos, para manter este serviço merecem homenagem, desde os diretores aos auxiliares, e que a melhor homenagem, é não a deixar desamparada. -----

----- Considerando que 50 anos é uma data assinalável que merece um presente digno, e que o melhor “presente” é aquele que melhor contribui para a continuação da existência da mesma. ----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 1 de 09 de janeiro de 2015

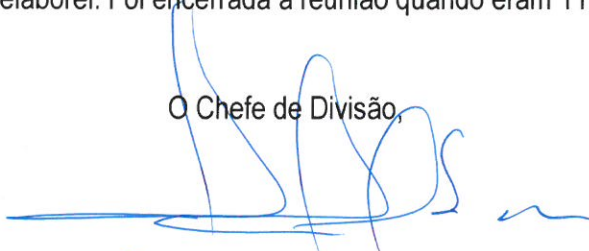
----- Considerando que as dificuldades financeiras são um entrave ao crescimento e ao bom nome de qualquer instituição. -----

----- Propõe-se a atribuição de 15.000,00€ (quinze mil euros), a esta IPSS, como forma de reconhecimento e agradecimento.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros).** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:10 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)